

Revista Filosófica de Coimbra

VOL. 8 • N.º 15 • MARÇO 99

MIGUEL BAPTISTA PEREIRA — *Metafísica e modernidade nos caminhos do milénio*

EDMUNDO BALSEMÃO PIRES — *«O povo não sabe o que quer». Alguns aspectos da crítica hegeliana a J. J. Rousseau, a respeito da ideia de legitimidade e da origem do Estado, entre 1817/18 e 1820*

AMÂNDIO A. COXITO — *Luis de Molina e a escravatura*

MÁRIO SANTIAGO DE CARVALHO — *Cultural interactions in medieval Iberian Peninsula*

HENRIQUE JALES RIBEIRO — *Proposições de Russell, proposições russellianas, e outras pro-posições*

Passemos a um segundo ponto. Concordamos com o A. na crítica aos «despropósitos hermenêuticos» (p. 128) que vêm a concepção de Averróis quer próxima da tomista quer da augustinista-franciscana, mas parece-nos que, se esta crítica visa insistir na necessidade de se estudar um autor no seu universo contextual e no seu horizonte próprio, ela não pode (como aliás o A. o comprova ao re-situar Averróis na «esquerda»): 1) deixar de mostrar que não há equivalência entre a pertinência de uma «leitura tomista» e uma «leitura augustinista-franciscana»; 2) e evidenciar que a história da filosofia (e um relato diacrónico) não passa só pela apresentação de um sistema na sua unidade e harmonia endógena, mas que é sobretudo feita de interpretações que se a historiografia não achar incorrecta a filosofia não pode senão julgar como fecunda. O caso Bloch/Perez Estevez é aliás sintomático do que queremos dizer, na medida em que comprova não haver isomorfismo entre o rigor historiográfico e a fecundidade interpretativa. Foi porque se serviu de uma tese errada como pano de fundo que a leitura objectiva do A. se tornou interessantemente fecunda. Insistamos: não se trata só de «analogias», de «semelhanças» (p. 129); é muito mais forte do que isso: a filosofia *in fieri*, tal como os pensadores estudados a praticaram, dialoga, separa-se, distende, reinterpreta, reescreve.

Infelizmente, a obra aparece com algumas gralhas tipográficas (e não apenas no alfabeto grego), a sua redacção é, por vezes, repetitiva (talvez devido ao facto editorial de uma confecção por partes) e não apresenta índice onomástico. Em contrapartida, o A. teve o cuidado de actualizar a bibliografia, de traduzir passos decisivos, enfim, de ultrapassar escolhos terríveis dada a dificuldade do tema que em boa-hora e com notável desempenho abraçou. Um último reparo: ficamos sem saber se o título de Sigério de Brabante anunciado a pág. 250, *De Intellectu*, diz respeito às *Quaestiones in tertium de anima* ou ao *De Anima Intellectiva*. Isto, porque, como se sabe, se se fala de 1270 devem ser as *Quaestiones* (de 1269, segundo Bazán e 1265, para Gauthier), mas se se diz que são uma resposta ao *De Unitate Intellectus* do Aquinate já deve tartar-ser do *De Anima Intellectiva* (mas que é de 1274), posto que, segundo nota pertinente de A. Pattin, o famigerado *De Intellectu*, parafraseado por Nifo no séc. XVI, pode não deve passar das citadas *Quaestiones*.

Mário Santiago de Cavalho

SARANYANA, Josep-Ignasi. La discusión medieval sobre la condición femenina (Siglos VIII al XIII). (Bibliotheca Salmanticensis. Estudios, 190) Salamanca: Universidad Pontificia, 1997, 156 p.

Tal como registávamos no nosso *Roteiro Temático-Bibliográfico de Filosofia Medieval* (Lisboa, 1997, p. 31-32) — mas trata-se de uma estratégia que vimos pondo em prática na licenciatura em Filosofia há cerca de 10 anos — ao interesse, recentíssimo, pelos «women's studies», a filosofia medieval pode ter uma palavra a dizer quer na sua especificidade histórica quer, evidentemente, filosófica. Um dos mais prolíficos professores espanhóis, J.-I. Saranyana, entre nós talvez mais conhecido pela sua útil *Historia de la Filosofía Medieval* (Pamplona, 1985, 1989), acaba de brindar-nos com um contributo informativo no que à primeira especificidade diz respeito, mas que se quer registar ainda num mais velho debate, agora teológico, acerca da opinião que o cristianismo tem da condição feminina. Eis, portanto, uma voz mais que vem contribuir à sua maneira para acabar com um dos vários «silêncios da história», para usarmos aqui o título tão ilustrativo do recente livro de Michelle Perrot (*Les femmes ou les silences de l'histoire*, Paris, 1998). Já agora,

poderíamos aproveitar a ocasião para publicitar mais uma recente conjugação da história com a teologia e a filosofia, provavelmente (dado o seu tema) de importância menos considerada entre os mais apressados cultores dos estudos sobre o feminino, organizado por Iogna-Prat, E. Palazzo e D. Russo, *Le culte de la Vierge dans la société médiévale* (Paris, 1996), além do recente aparecimento, entre nós, de um projecto mais vasto, por agora corporizado no volume organizado por M^a L. R. Ferreira, *O que os filósofos pensam sobre as mulheres* (Lisboa 1998) que contém três estudos que se enquadram na época tratada aqui em causa. No caso que recenseamos, trata-se de contribuir para o reexame de dois distintos veios exegéticos bíblicos (de 'misoginia' e de 'feminismo') que se manifestam em textos quer mosaicos (respectivamente Gn. 2, 21-22 e 1, 26-27) quer paulinos (1Cor. 11, 3-9 e 14, 34-35, Gal. 3, 28, respectivamente) a fim de perceber como, entre os séculos VII e XIII, eles foram sendo reinterpretados. A perspectiva histórica em teologia parece-nos nuclear a fim de evitar fanatismos, e neste caso particular o A. insiste muito bem (p. 29-31) no facto de as relações entre os sexos não ser assunto de constantes biológicas mas de categorias históricas. O modo escolhido para dar corpo a este propósito consistiu em, tendo por base os dois grupos de textos bíblicos referidos, perseguir a interpretação mais ou menos alegórica do que o autor designa por «binário psicológico» (ratio superior/vir vs. ratio inferior/mulier). Desta maneira, como resultado, temos (muito sumariamente) que o A. nos transmite: a) o quase desconhecimento do binário por parte da cultura merovíngia e carolíngia (a excepção é Haymo de Auxerre e o Pseudo-Bruno); b) o apreço que o séc. XII tem para com o mesmo no seu aspecto alegórico e portanto mais «feminista» (designadamente Laon, São Victor); c) e o declínio posterior desse tipo de interpretação. A este último facto, como é costume dizer-se, não é alheia a crescente «misoginia» derivada da segunda entrada de Aristóteles no Ocidente Latino. Ora, sem querermos subestimar, de forma nenhuma, o interesse da presente contribuição, gostaríamos porém de lhe fazer dois breves e quase imponderáveis reparos. Em primeiro lugar, julgamos que este projecto não é suficientemente sensível a um dado (hoje elementar) relativo à fluidez ou indeterminação que afecta os contrastes e as imagens do 'género' («gender»). Caroline Walker Bynum, uma inteligente estudiosa (que urge traduzir) dos «gender studies», tem-nos mostrado em estudos de uma exegese quase sempre impoluta que a rigidez com que os contemporâneos olham para as dicotomias medievais é bastante falaciosa. Falamos de Bynum não porque o A. a pareça desconhecer, mas sobretudo porque ela tem propostas tipológicas essenciais de interpretação. É evidente que, assim, se mina pela base uma parte significativa da estrutura nuclear do projecto do A. Se a sua perspectiva é teológica — e há que louvar o eco que dá à proposta de uma Matrologia e Matrística (p. 18), a propósito do estudo de autoras como Hroswitha de Gandensheim, Hildegarda de Bingen, Elisabeth de Schönau e das três místicas de Hefta do séc. XIII — ela não é menos histórica, como é claro, e por isso tipológica. Ora, também aqui não concordamos com a apressada aplicação do modelo v. g. a São Tomás de Aquino. Bastaria ter dialogado com a conspícua Catherine Capelle (Paris, 1982) para, no mínimo, se ter sido ainda mais prudente quanto à «misoginia» que se lhe atribui — aliás um infeliz lugar-comum de todos os tempos, ignorando o pensamento tomasino (o que, é claro, não é o caso de Saranyana), aproveitam para através dele destilar preconceitos atávicos. Estamos longe de pensar, naturalmente, que São Tomás tenha sequer conseguido harmonizar o plano filosófico com o teológico, mas esta deficiência não deve impedir-nos de compreender que a exegese dos seus textos é muito mais complicada do que a sua simplicidade no-la transmite (este pecado fere aliás autores tão insuspeitos como o próprio H. Küng em *Grosse Christliche Denker*, com trad. port. 1999) e vai no sentido mais essencial e radical de uma igualdade entre os sexos. Repetimos para não sermos mal entendidos: qualquer leitor do Aquinate encontrará inúmeros textos desvalorizando (mesmo ontologicamente) a mulher; em qualquer caso,

a nosso ver, estas ocorrências não são suficientes, para *primo* se explicar o tom misógeno (p. 130) pela falta de interpretação alegórica característica da escola de Laon, *secundo*, para despachar temas complexos como a capitalidade varonil, a docência feminina ou a sua velação (p. 124-29) sem os fazer dialogar com o horizonte (ainda mais complexo) da situação da mulher no séc. XIII, da personalidade do próprio Tomás, dos sistemas de valores (um exemplo: estaremos nós suficientemente alerta para o facto de que o elogio da virgindade representa ou traduz uma autonomização, uma independência mesmo da mulher frente ao homem?), do direito ao conhecimento religioso, da própria imagem de Deus (de notar que o Filho de Deus aparece a muitos AA. e em vários tipos de textos como mulher ou com características femininas — como é possível, então, ainda nos atermos a rígidas dicotomias como misoginia/feminismo, mulher/homem?). Isto dito, não poderíamos senão recomendar a leitura de mais um volume (os seus futuros leitores e leitoras surpreender-se-ão decerto com muitas descobertas) para uma actualíssima problemática que, assim, se vem juntar a uma bibliografia considerável relativa a um continente que representa, como rematava o ano passado François-Alain Corbin (in F. Thébaud, *Écrire l'Histoire des Femmes*, Paris, 1998), «uma das mais fascinantes tentativas de inovação da disciplina histórica» (e atrever-nos-íamos a completar: a não descurar pela disciplina filosófica e teológica).

Mário Santiago de Carvalho